

BOLETIM INFORMATIVO

nº 01 - ano 16 - 1985

SBA

ÍNDICE

EDITORIAL	pág. 01
ATIVIDADES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA	
- Eleições 1985.....	03
- Modificação dos Estatutos - Criação da Categoria de Sócio Institucional.....	05
- Anuidades de 1985: Formas de Pagamento.....	06
- Documento da Sociedade Brasileira de Física encaminhado ao Futuro Presidente da República.....	07
- Resoluções da Comissão de Óptica da Sociedade Brasileira de Física.....	16
- Revista Brasileira de Instrumentos e Métodos.....	17
- Manifestação da Sociedade Brasileira de Física sobre "High Technology Trade Act of 1963".....	19
- A Sociedade Brasileira de Física e a Federação Latino-Americana de Sociedades de Física.....	20
POLÍTICA CIENTÍFICA - NOTÍCIAS DO CNPq	
- Sugestões do Comitê Assessor de Física e Astronomia ao Presidente do CNPq.....	21
- Pensamento do Comitê Assessor de Física e Astronomia do CNPq sobre as bolsas de Iniciação Científica, Doutorado e Pós-Doutorado.....	22
- Novo Comitê Assessor de Física e Astronomia do CNPq.....	25
- CNPq - Simplificação do Processo de Prestação de Contas de Auxílios de Pequena Monta.....	26
- Calendário de Reuniões dos Comitês Assessores (1985).....	27
- Calendário - SDC/1985.....	28
- Criação do Laboratório Nacional de Radiação de Síncrotron..	29
POLÍTICA EDITORIAL	
- Um Caso Peculiar.....	31
ENCONTROS, ESCOLAS, ...	
- Escola Latino Americana de Física 1985.....	37
- 1985 Simpósio Internacional de Microondas no Desenvolvimento Industrial-Brasil.....	38
- Treinamento de Físicos Experimentais no CERN.....	39
DOAÇÃO - Il Nuovo Cimento.....	39
NOTA DE FALECIMENTO	40

BOLETIM INFORMATIVO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

Editor - Gil da Costa Marques
Produção - Conceição A. Vedovello
Julio Cesar Coelho
Sidnei Souza Moraes
Datilografia - Izabel T. Yokomizo

Notícias e sugestões deverão ser enviadas para:

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA
Instituto de Física da USP
Deptº de Física dos Materiais e Mecânica
Cx. Postal 20553
01000 São Paulo SP

EDITORIAL

Com a aproximação do término do mandato da atual Diretoria e de parte do Conselho da Sociedade, torna-se imperativa a realização de novas eleições. Com o intuito de acompanhar o processo eleitoral, o Conselho da Sociedade Brasileira de Física indicou uma Comissão Eleitoral. Chamamos a atenção dos sócios para a matéria - "Eleições 1985" - onde são transcritas as primeiras resoluções da referida Comissão. Gostaríamos de enfatizar a necessidade da observância dos prazos para a apresentação de candidaturas. Para que a Diretoria e parte do Conselho a ser eleita tenham o respaldo da comunidade dos físicos é importante que a participação dos associados, através do voto, seja maciça.

O tratamento dispensado aos pesquisadores do Terceiro Mundo pelas revistas científicas oriundas de países desenvolvidos tem sido alvo, muitas vezes, de conversas entre pesquisadores brasileiros, os quais tem tido experiências bastante desagradáveis no seu relacionamento com os árbitros e/ou Editores dessas revistas. Um caso curioso e eloqüente ocorreu com os professores Caride e Tsallis e foi submetido ao Boletim Informativo pelo Professor Tsallis. Tal ocorrência é aqui apresentada na matéria - "Um Caso Peculiar" - com os necessários detalhes.

O Editor

ELEIÇÕES 1985

Com o término do mandato da atual Diretoria e parte do Conselho, em Julho p.f., aproxima-se a data da eleição da futura Diretoria e para renovação do Conselho da Sociedade Brasileira de Física.

Inicialmente, gostaríamos de alertar os colegas sobre os prazos para o processo eleitoral: o Estatuto, cujo artigo pertinente ao processo eleitoral reproduzimos em anexo, prevê que durante 2 meses a Sociedade se mantenha em Assembléia permanente, independentemente de reunião; durante este período os votos dos sócios serão recebidos pela Secretaria Geral. A apuração da eleição será feita em sessão pública, previamente anunciada, a ser realizada na cidade de São Paulo, um mês antes da sessão anual ordinária da Assembléia Geral, provavelmente no dia 15 de julho de 1985, durante a Reunião Anual da SBF. Portanto, o processo eleitoral se realiza durante 90 dias antes da Assembléia Anual.

Face aos dados acima, o Conselho da SBF, em reunião do dia 5 de dezembro passado, recomendou que a consulta aos sócios para apresentação de nomes para a futura Diretoria e para a renovação do Conselho (5 Conselheiros Titulares e 5 Conselheiros Suplentes deverão ser eleitos) deverá se encerrar no próximo mês de março de 1985. O Conselho deverá se reunir ainda em março de 1985 para apreciação dos resultados da consulta.

A atuação dos Secretários Regionais na organização de reuniões para indicação de candidatos é considerada de máxima relevância para todo o processo eleitoral. O Conselho recomenda que a apresentação dos nomes que surjam dessas reuniões regionais seja acompanhada pelas Atas das mesmas, de modo a permitir a justa apreciação pelo Conselho. Recomenda ainda que tais sugestões sejam encaminhadas até 15 de março de 1985. Esclarecemos que, de acordo com os Estatutos, Artigo 22º, §5º, os membros do Conselho não poderão ser reeleitos para o mandato seguinte. Os membros do Conselho que terminam seu mandato em julho de 1985 são: Mário Schenberg, Eugenio Lerner, Fernando de Souza Barros (que ocupa a Presidência), Ramayana Gazzinelli e José Ellis Ripper Filho. Têm mandato como Conselheiros até julho de 1987 Herch Moyses Nussenzveig, Luiz Pinguelli Rosa, Silvío Roberto de Azevedo Salinas, João Zanetic e Antonio Fernando R. de Toledo Piza. Esses nomes, portanto, não devem ser votados para o Conselho.

De acordo com os Estatutos, o Conselho apresentará nomes para os cargos da Diretoria e para as vagas do Conselho. Além destes

nomes, a Comissão Eleitoral incluirá na cédula eleitoral chapas completas para a Diretoria, desde que subscritas por pelo menos 60 associados (-10% dos votantes das últimas eleições). De qualquer forma, a cédula será montada de forma a permitir que o sócio escolha outros candidatos.

A Comissão Eleitoral garantirá às chapas incluídas na cédula eleitoral o direito de manifestação, através do Boletim Informativo.

Gostaríamos de lembrar que serão computados apenas os votos dos sócios em dia com a Sociedade. Incitamos assim os colegas a se colocarem em condições de participar das próximas eleições.

Atenciosamente,

(a) Adilson José da Silva
Gil da Costa Marques (coordenador)
Maria José Bechara
Mário José de Oliveira
Nelson Fiedler Ferrari Jr.

- Comissão Eleitoral da SBF

Art. 28º - Para a eleição da Diretoria e do Conselho, considera-se a Assembléia em funcionamento, independentemente de reunião, por um período de dois meses, durante o qual os votos serão remetidos pela Secretária, em cédula própria dentro de envelope somente aberto no momento da apuração.

§ 1º - O Conselho apresentará nomes para os cargos da Diretoria e para as vagas do Conselho, podendo o sócio, entretanto, escolher seus candidatos próprios.

§ 2º - A apuração da eleição será feita em sessão pública, previamente anunciada em data, um mês antes da sessão ordinária da Assembléia Geral.

§ 3º - A eleição será realizada com qualquer número de votantes e serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem maioria simples de votos.

§ 4º - A posse dos membros eleitos dar-se-á na Assembléia Geral ordinária.

MODIFICAÇÃO DOS ESTATUTOS - CRIAÇÃO DA CATEGORIA DE SÓCIO INSTITUCIONAL

Em sua última reunião, o Conselho da Sociedade Brasileira de Física, em conjunto com a Diretoria, deliberou a formação de uma Comissão para examinar e propor alteração dos Estatutos com vistas a criação da categoria de "sócio institucional", designando os sócios José Ellis Ripper Filho e Carlos Alberto Silva Lima para compor a referida Comissão.

A Comissão examinando os Estatutos e considerando a proposta do Conselho, apresenta para sua consideração as seguintes modificações no texto do Estatuto, em anexo.

Alguns princípios gerais foram respeitados na elaboração das emendas:

(1) Poderá ser aceito como "Sócio Institucional" apenas aquelas pessoas jurídicas indicadas pelo Conselho; cabe ao Conselho julgar o acordo da prática dessas pessoas jurídicas com os objetivos da Sociedade;

(2) Os Sócios Institucionais NÃO terão direito a voto; dessa forma preserva-se o caráter da "Agremiação de Pessoas Físicas" da Sociedade. Caso contrário, a autonomia da Sociedade ficaria ameaçada;

(3) Possíveis adesões serão procuradas junto a Empresas Públicas e Privadas e Departamentos/Institutos de Física.

(a) José Ellis Ripper Filho
Carlos Alberto Silva Lima

PROPOSTA DE MUDANÇA DOS ESTATUTOS DA SBF

Introdução

Considerando que entre as categorias de sócios da SBF não está explicitamente configurada a possibilidade de associação de pessoas jurídicas que se disponham a contribuir anuidades especiais fixadas pelo Conselho da SBF a quem também caberá a decisão sobre cada proposta de associação que surja para esta categoria;

Considerando os benefícios que poderão advir para a Sociedade da possibilidade de admissão de tais sócios, especialmente no que diz respeito a captação de recursos para desenvolvimento de nossas obrigações estatutárias, propomos as seguintes alterações no texto do Estatuto, que deverão ser consideradas em bloco, por tratarem de aspectos conexos do mesmo assunto:

a) no artigo 3º:

incluir a categoria "sócio institucional"

- b) no artigo 7º: acrescentar:
... e poderão ser sócios institucionais as pessoas jurídicas que concordarem com os objetivos da Sociedade e possam contribuir para que os mesmos sejam alcançados e que tenham sido convidados pelo Conselho da SBF.
- c) no artigo 9º:
incluir a categoria "sócio institucional"
- d) no artigo 12º:
renumerar o parágrafo 2º para parágrafo 3º;
incluir como novo parágrafo 2º:
§ 2º: Os sócios institucionais pagarão anuidades especiais fixadas pelo Conselho da SBF.
- e) no artigo 24º, letra "f":
incluir a categoria "sócios institucionais".

ANUIDADES 1985: FORMAS DE PAGAMENTO

Os sócios da Sociedade Brasileira de Física dispõe agora, além da alternativa de efetuarem os pagamentos através dos secretários regionais, da opção de quitarem as anuidades através do pagamento de carnês.

A SBF já está tomando as providências necessárias para o envio de carnês de anuidade para todos os associados, se possível ainda durante o mês de fevereiro. Os sócios que desejarem se antecipar ao carnê poderão enviar cheque nominal à Sociedade Brasileira de Física, Caixa Postal 20553, CEP 01498 - São Paulo (SP) ou através das secretarias regionais.

- O pagamento das anuidades da SBF poderá ser feito:
- 1) em qualquer agência do Banco Itaú, através de carnê;
 - 2) diretamente junto as secretarias regionais;
 - 3) mediante cheque nominal à Sociedade Brasileira de Física.

Os sócios que optarem pelo pagamento via carnê poderão pagar as anuidades em duas parcelas. As datas limites das parcelas serão: 31 de março e 30 de junho de 1985.

Lembramos ainda que os sócios que não efetuarem os pagamentos até 30 de junho terão as anuidades reajustadas de acordo com a variação da ORTN a partir dessa data.

**DOCUMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA ENCAMINHADO AO FUTURO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Excelentíssimo Senhor
Doutor Tancredo de Almeida Neves

A Sociedade Brasileira de Física, entidade que congrega os físicos ativos do País e que sempre tem-se posicionado diante das questões de política educacional, científica e tecnológica, encaminha a V.Excia. o presente dossiê de propostas e de estudos, resultantes de exames recentes dessas questões feitos pela comunidade.

Nesta fase de transição de governo, caracterizada pela esperança do retorno à prática democrática, os físicos brasileiros também desejam contribuir para o processo da recuperação nacional. Embora atingida na sua capacidade de realização, em consequência de atos de um governo que não considerava nem o ensino, nem a pesquisa como fatores relevantes para o progresso do País, a comunidade certamente responderá com o melhor de seus esforços a um programa nacional que priorize os papéis da educação e da ciência.

A comunidade considera essencial, para o desenvolvimento científico-tecnológico e a melhoria do ensino, que seja chamada a participar ativamente na formulação desse programa. Considera também indispensável estar representada institucionalmente nos órgãos decisórios responsáveis pela orientação superior do processo de implementação.

As propostas e os estudos apresentados a seguir oferecem subsídios para a reformulação de organismos federais destinados à planificação e ao fomento da pesquisa, assim como para ações destinadas à melhoria do ensino em todos os níveis. Certos subsídios refletem também propostas que contam com o apoio da maioria das sociedades científicas do País.

A Sociedade Brasileira de Física tem também participado de movimentos que surgem dentro da sociedade civil e que estão voltados para questões mais abrangentes, tais como a defesa da paz mundial e o controle, pela sociedade civil, de processos tecnológicos que afetam o meio ambiente. Os subsídios apresentados sobre estas questões refletem também a interação entre a Sociedade Brasileira de Física e as associações de físicos de outros países latino-americanos.

(a) *Fernando de Souza Barros*
Presidente

A PESQUISA E A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE FOMENTO

1. PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DECISÓRIO

A centralização marca todas as decisões dos governantes do País durante as últimas décadas. A conseqüente marginalização da comunidade científica de todo o processo decisório, em nossa esfera de atuação, além de ter levado à implantação de programas lesivos do interesse nacional, está colocando em risco todo o patrimônio científico e tecnológico acumulado pelo esforço de várias gerações, e frustra o engajamento significativo de jovens brasileiros num setor tão importante para o futuro da nação.

A análise e ampla discussão destes problemas pela comunidade gerou uma proposta de alteração dos estatutos do CNPq e da FINEP, com o propósito de institucionalizar a participação dos pesquisadores no processo decisório. (ANEXO I). Esta proposta incorpora uma das reivindicações mais persistentes e importantes da comunidade científica e tecnológica do país. Considera-se que as atuais modalidades de participação da comunidade nas agências de financiamento à pesquisa, com caráter assessor e consultivo, podem e devem ser aperfeiçoadas, mas que não seriam estas as formas de atender a reivindicação visada. Não se trata tão pouco de pleitear posições administrativas. A participação desejada pela comunidade é de caráter deliberativo, nos órgãos que definem a orientação superior das agências.

Estatutos do CNPq

Os atuais estatutos do CNPq preveem a participação de pesquisadores num de seus órgãos, o Conselho Científico e Tecnológico, CCT. Incumbe ao CCT, opinar sobre questões pertinentes ao desenvolvimento científico e tecnológico do País, assessorar o presidente do CNPq e cooperar com ele no que diz respeito às linhas gerais de atuação dessa agência. A comunidade considera que o CCT não foi até agora chamado a exercer uma missão à altura de suas potencialidades. Às suas atuais atribuições estatutárias, propõe acrescentar mais uma, de grande importância: "Aprovar a proposta de orçamento-programa do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), bem como as propostas de orçamento, em ciência e tecnologia, dos órgãos ministeriais e entidades supervisionadas". A composição do CCT seria também alterada, incluindo a presença de representantes do Congresso Nacional, que é considerada da maior relevância.

A outra alteração proposta para os estatutos do CNPq consiste na criação, dentro dele, de um novo órgão, o Conselho Superior de

Pesquisas, CSP, com a participação de pesquisadores. Caberia ao CSP aprovar os planos e programas assim como acompanhar as atividades executivas do CNPq. Estaria também incumbido de aprovar a proposta orçamentária, os critérios gerais para concessão de bolsas e auxílios, os programas de cooperação internacional, as alterações na estrutura e organização interna do CNPq, além dos regimentos do CNPq e das unidades subordinadas.

Estatutos da FINEP

Para os estatutos da FINEP, que exerce as funções de Secretaria Executiva do FNDCT, as alterações propostas dizem respeito ao Conselho, seu órgão de orientação superior. A reformulação proposta altera a composição deste Conselho, incluindo a participação de pesquisadores. Às atuais atribuições do Conselho, seriam acrescentadas as de pronunciar-se não somente sobre o programa geral de atividades da FINEP, mas também sobre os respectivos orçamentos, bem como acompanhar a execução orçamentária dos Fundos por ela administrados, em particular o FNDCT.

2. VERBAS DO FNDCT

A pesquisa nas Universidades e na maioria das demais instituições de pesquisa depende crucialmente do apoio do FNDCT. O orçamento deste Fundo vem sendo cortado de forma cada vez mais drástica, estando hoje reduzido a menos de um terço do seu valor aquisitivo no início desta década.

A pesquisa no Brasil não terá condições de sobrevivência se o orçamento do FNDCT não for reforçado, de imediato, no mínimo para recuperar aquele valor, acompanhando também o crescimento da demanda qualificada.

3. O PADCT

Uma das mais recentes iniciativas dos órgãos de fomento à pesquisa é a montagem de um Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, PADCT. Sua conceituação, o procedimento adotado por seus idealizadores visando a conseguir o respaldo preliminar de segmentos da comunidade e para selecionar os setores de pesquisa a serem beneficiados pelo Programa, demonstram claramente mais uma atuação imprópria daqueles órgãos. Os recursos financeiros canalizados para o PADCT são da mesma ordem daqueles que foram subtraídos ao FNDCT nos últimos anos.

Diversas sociedades científicas que examinaram os aspectos acima mencionados do PADCT já se manifestaram sobre o mesmo. (ANEXO 2). A Sociedade Brasileira de Física reconheceu, desde o início da montagem do Programa, as distorções de sua concepção. Salienta-se aqui uma finalidade inaceitável do PADCT que, através de quatro agências federais de fomento (CNPq, CAPES, FINEP e STI), está coordenando uma ação destinada a comprometer as nossas instituições de pesquisa com projetos de pesquisas "encomendas", ao mesmo tempo em que foram cortados drasticamente os recursos para fomento da pesquisa de iniciativa espontânea da comunidade. (ANEXO 3).

A QUESTÃO DA PESQUISA NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

1. INCENTIVOS À PESQUISA NA CARREIRA UNIVERSITÁRIA

O grau de prosperidade atingido pelos países mais desenvolvidos tem uma forte correlação com a qualidade de seu ensino universitário e de suas atividades de pesquisa. Nesses países as universidades têm uma longa tradição de ensino associado à pesquisa; além de formar profissionais de nível superior, elas formam pesquisadores e são a principal fonte de geração de conhecimento. Uma medida fundamental, tomada em 1970, pelo governo federal, foi a instituição do regime de trabalho em tempo integral para professores pesquisadores das universidades públicas brasileiras. Os salários pagos eram competitivos e caracterizados como incentivo às atividades de pesquisa. Nos últimos dez anos, todavia, foram adotadas diversas medidas que vêm comprometendo a pesquisa nas universidades e o sistema de ciência e tecnologia do País como um todo. As alterações impostas à carreira universitária, sem um estudo crítico e aberto de suas conseqüências, muito contribuíram para a situação atual. A política de achatamento salarial que acompanhou aquelas alterações, também contribuiu fortemente para a atual desmoralização da profissão.

A Sociedade Brasileira de Física entende que a crise no sistema de ensino e pesquisa do País só será suplantada se acompanhada da solução de outros problemas mais abrangentes da sociedade brasileira. Todavia, ela acredita que há condições de superar a crise, desde que sejam chamadas todas as partes interessadas para um esforço coletivo de explicitação e análise detalhada dos vários problemas aqui mencionados e para a busca de soluções. Faz-se necessário criar mecanismos permanentes de estímulo à fixação de docentes-pesquisadores nas universidades e centros de pesquisa, aproveitando os recur-

pos humanos já formados e incentivando a pesquisa na carreira universitária.

2. PESSOAL TÉCNICO DE APOIO À PESQUISA

A atual carreira do técnico de apoio, nas Universidades e Institutos de Pesquisa, é inadequada às necessidades de desenvolvimento da pesquisa no País. Deve-se ainda acrescentar a baixa remuneração que recebem os técnicos de apoio à pesquisa, incompatível com a qualidade de seus serviços e frustrando o aperfeiçoamento de suas aptidões. Esta situação agravou-se nos últimos anos devido aos reajustes salariais, muito abaixo dos índices inflacionários reconhecidos pelo próprio governo.

Para manter o seu pessoal técnico, os laboratórios ou entidades empregadoras repassam como complementação salarial, ou como salário propriamente dito, os recursos que obtêm através da FINEP, CNPq, CAPES ou de convênios com entidades do setor produtivo. Como estas fontes extra-orçamentárias não tem continuidade, nem no tempo nem em volume financeiro, esta tentativa de corrigir a insuficiência ou inexistência de recursos orçamentários para pagamento de pessoal técnico introduz disparidades e atritos dentro dos próprios quadros.

Explica-se assim a preocupação dos pesquisadores do País com esta situação de insatisfação e a necessidade urgente de substituição da atual carreira de técnicos por outra que possibilite uma integração dos mesmos no ambiente de pesquisa. A implantação, ao nível federal, de uma carreira adequada de técnicos de apoio à pesquisa científica, solucionaria uma das mais graves dificuldades que enfrenta a pesquisa no Brasil. Trata-se de uma iniciativa que deverá contemplar uma proposta, genérica e ampla, que possibilite o equacionamento das necessidades específicas de cada área de pesquisa. A escala salarial que deve acompanhar tal iniciativa, além de ser competitiva com o mercado externo às universidades e aos centros de pesquisa, deve incentivar os técnicos a evoluírem em busca de aperfeiçoamento. A criação da carreira de técnicos exigirá uma melhor planificação dos recursos, possibilitando, através de uma racionalização dos serviços, o aumento de produtividade tão necessário para enfrentar a atual crise financeira. A Sociedade Brasileira de Física já elaborou uma proposta concreta para a implantação, ao nível federal, desta carreira; proposta que foi elaborada visando a sua compatibilização com o sistema administrativo vigente no serviço público federal. (ANEXO 4).

3. BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

A participação de mestrandos e doutorandos nas atividades de pesquisa constitui um suporte indispensável para sua realização, ao mesmo tempo que contribui para a formação de novos quadros de pesquisadores, dos quais o País continua fortemente carente. As bolsas de pós-graduação do CNPq e da CAPES foram reduzidas nos últimos anos a níveis muito inferiores aos tradicionais, levando a um grande desperdício de talentos, pela evasão de muitos jovens qualificados, incapazes de sobreviver como bolsistas. É urgente reconduzir os valores da bolsa a níveis condignos, sem o que a continuidade das pesquisas e o futuro quadro de pesquisadores estarão ameaçados.

4. INFRA-ESTRUTURA PARA PESQUISA

Um dos resultados mais graves da baixa prioridade atribuída à pesquisa e às universidades nos últimos anos é a presente desatualização das suas bibliotecas e o estado obsoleto de seus equipamentos e laboratórios. Estas deficiências, decorrentes de uma política generalizada e indiscriminada de cortes, que restringiu nos últimos anos as importações para esses setores essenciais, comprometem qualquer tentativa de recuperação a curto prazo da capacidade desses centros de pesquisa.

As importações referidas representam um dos mecanismos mais eficientes que os países avançados adotam para receberem de outros países as contribuições e conhecimentos que determinarão o "know-how" de tecnologias futuras. É inconcebível, para um País que pretende se inserir no contexto das civilizações modernas o desprezo ao conhecimento das conquistas da ciência e da tecnologia realizadas nos grandes centros internacionais. Nenhuma nação moderna, por mais avançada que sejam os seus setores de pesquisa científica e tecnológica, dá-se ao luxo de inibir a importação de material bibliográfico científico e tecnológico e de equipamento de pesquisa desenvolvidos em qualquer outra nação. As dificuldades para importação de material bibliográfico, de equipamento especializado e de matéria-prima não existente no mercado nacional, também são acrescidas de entraves gerados por medidas centralizadoras, que propiciam apenas inúteis atividades burocráticas dentro dos órgãos de fomento e no próprio âmbito das universidades. Um exemplo dessas atividades é a tentativa de certos órgãos de fomento de forçar o estabelecimento prematuro de grandes bibliotecas centrais nas universidades brasileiras, com o propósito louvável, mas ainda muito distante da realidade.

de, de racionalizar os serviços de informações científicas e tecnológicas. Com esta iniciativa, o que está sendo logrado, entretanto, é a destruição de bibliotecas setoriais construídas com sacrifício e dedicação pelos próprios pesquisadores, pois a ambiciosa infra-estrutura que se deseja implantar carece de meios e de recursos humanos especializados e não recebe o apoio efetivo por parte dos dirigentes atuais da universidade brasileira.

A QUESTÃO DO ENSINO BÁSICO

A Sociedade Brasileira de Física tem mantido uma análise sistêmica das questões do ensino de física em todos os graus, através de reuniões periódicas e especializadas que contam com a participação da comunidade de professores de física de todas as regiões brasileiras.

As preocupações para o aperfeiçoamento do ensino de 1º e 2º graus são motivos de constantes mensagens da Sociedade aos dirigentes do Ministério da Educação e Cultura. Dessas, salientamos aqui as mais abrangentes.

(1) Os órgãos do MEC devem reconhecer como prioritário o apoio aos Cursos de Licenciatura das Instituições de Ensino Superior, como forma efetiva, a curto e a longo prazo, de garantir a melhor formação de professores de 1º e 2º graus.

O evidente alcance desta medida, para romper o ciclo de frustrações decorrentes do despreparo da juventude brasileira, na fase inicial e decisiva de sua formação, não receberam até a presente data o reconhecimento por parte dos dirigentes governamentais do setor de educação. As numerosas iniciativas adotadas durante os últimos anos, na esfera do governo federal, evidenciam exatamente a prevalência de interesses contrários ao fortalecimento dos Cursos de Licenciatura e das escolas públicas. Salientamos aqui: (a) a tentativa de criação de cursos de curta duração para formação de professores de 1º e 2º graus; (b) a não-observância de condições contratuais que garantam a estabilidade do emprego dos docentes e remuneração condizente, comprometendo a qualidade do trabalho pedagógico; (c) a resistência à abertura de concurso públicos para contratação de professores pela rede oficial; (d) as mudanças implementadas de currículos e de cargas horárias das escolas de 1º e 2º graus, sem a participação ampla dos professores no processo de análise das conseqüências das mesmas.

(2) Concorre também para o atual quadro de inadimplência governamental, a participação, em todo o processo decisório das questões

de ensino, de poderosa representação de um setor privado comprometido com o lucro de suas iniciativas empresariais nesse campo. Os professores de física reivindicam a democratização dos órgãos administrativos do governo voltados para o ensino, como passo necessário para conter a influência desproporcional do setor privado na planificação e execução de programas nacionais para a melhoria do ensino público.

(3) No âmbito do ensino do 3º grau, já é evidente a necessidade de um exame abrangente da mais recente reforma, que data de 1968. Uma nova reforma universitária só deverá ser feita, entretanto, com base em uma ampla participação dos professores universitários, em uma discussão aberta sobre as conseqüências da atual reforma. Todos os segmentos da comunidade acadêmica devem contribuir na determinação das diretrizes orgânicas da Universidade Brasileira. Dentro dessas diretrizes, os professores de física já antecipam a necessidade de institucionalizar programas de integração entre as universidades e as escolas de 1º e 2º graus e de promover atividades de pesquisa no próprio campo do ensino, com o propósito de aperfeiçoar metodologias apropriadas à nossa cultura e à condição social da grande maioria da população brasileira.

O DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS QUE AMEAÇAM O MEIO AMBIENTE E A PRÓPRIA VIDA

As práticas da pesquisa e do ensino no campo da física desenvolvem, em quem delas participam, a capacidade de apreciação objetiva do poder de destruição materializado por certas tecnologias modernas. A dimensão abrangente do poder de destruição de dispositivos nucleares, atingindo atualmente a escala mundial, obriga à colaboração internacional na tentativa de controlar esses desenvolvimentos tecnológicos, que ameaçam potencialmente a vida e o meio ambiente.

A Sociedade Brasileira de Física tem se manifestado contrária ao crescimento injustificável da indústria bélica, à existência de armas nucleares estocadas por países tecnologicamente avançados e aos programas de desenvolvimento destas armas por países com tecnologias emergentes.

(1) A Sociedade Brasileira de Física emitiu uma declaração de princípios, após apreciação de informações já do domínio público, restando as iniciativas nacionais de desenvolvimento da indústria bélica e projetos, dentro do programa nuclear brasileiro, visando ao

desenvolvimento de armas nucleares e de uma missão espacial completa que possibilitaria o lançamento das mesmas. (ANEXO 5).

(2) Logo após a divulgação pela imprensa internacional dos progressos atingidos em 1983 na República Argentina, no setor de tecnologia nuclear, a Sociedade Brasileira de Física e a Associação Física Argentina emitiram uma declaração conjunta, solicitando o estrito controle, pelas sociedades civis dos dois países, de todas as etapas de aquisição de tecnologia nuclear e repudiando qualquer ato que possa desencadear uma corrida armamentista nuclear em nossos países. Recomenda aquela declaração que devem ser estabelecidos mecanismos de abertura para intercâmbio de informações e inspeção mútua no campo nuclear. (ANEXO 6).

(3) A Sociedade Brasileira de Física participou ativamente da criação, em 1984, da Federação Latino-Americana de Sociedades de Física, entidade destinada ao esforço de cooperação mútua entre físicos latino-americanos e ao fortalecimento da nossa identidade social. Como seu primeiro ato, a Federação fez um apelo à comunidade internacional das nações, solicitando a suspensão de testes, da produção, da instalação e, fundamentalmente, a destruição das armas nucleares, cuja existência é uma ameaça à própria vida neste planeta. (ANEXO 7).

RELAÇÃO DOS ANEXOS (COM FONTES DE REFERÊNCIAS)

Observação Geral:- Os textos dos anexos relacionados foram enviados, na íntegra, ao Candidato Trancredo Neves.

- ANEXO 1: Alteração dos Estatutos do CNPq e da FINEP. (Boletim da SBF Nº 1, Ano 15, página 5, 1984).
- ANEXO 2: Documento das Sociedades Científicas sobre o PADCT. (Ciência Hoje, Vol. 3, Nº 14, página 86 (Setembro-Outubro 1984)).
- ANEXO 3: Resposta do Conselho e Diretoria da SBF aos dirigentes do PADCT. (Boletim da SBF Nº 3, Ano 15, página 18, 1984).
- ANEXO 4: Proposta de Estruturação da Carreira Técnica. (Boletim da SBF Nº 3, Ano 14, página 10, 1983).
- ANEXO 5: Declaração de Princípios da Diretoria e Conselho da SBF (Ata da Assembléia Geral da SBF de 12/07/82, na cidade de Campinas, SP).
- ANEXO 6: Declaração Conjunta da Sociedade Brasileira de Física e Associação Física Argentina. (Boletim da SBF Nº 1, Ano 15, página 54, 1984).
- ANEXO 7: Declaração da Federação Latino-Americana de Sociedades de Física. (Boletim da SBF Nº 3, Ano 15, página 22, 1984).

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO DE ÓPTICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA

(1) Informar à Comunidade que a partir de 21 de Agosto de 1984 o Brasil faz parte da International Commission for Optics (ICO) dispondo de 2 votos nessa organização. A título de exemplo citaremos que Argentina, Áustria, Israel, México e Nova Zelândia também dispõem de 2 votos sendo que França, Inglaterra, Japão e Alemanha Ocidental dispõem de 15 votos, USA e URSS têm 18 votos. A última Reunião Geral da ICO realizou-se no Japão (Agosto 1984) e a próxima será em Agosto 1987, provavelmente em Quebec (Canadá).

(2) Aprovar "ad-referendum" um documento explicitando os objetivos da Comissão de Óptica junto a comunidade científica nacional e internacional, os órgãos de governo e junto à comunidade industrial.

(3) A Comissão de Óptica (C.B.O.) resolveu enviar comunicações aos organismos nacionais responsáveis pelo apoio à pesquisa no País (CNPq, FINEP, FAPESP, CAPES, MEC, etc.) notificando-os da existência desta comissão e colocando-a a disposição para colaborar e assessorar na formulação e avaliação de projetos na área de Óptica.

No que respeita ao CNPq será solicitado (por intermédio da SBF) o apoio institucional para fazer frente às obrigações financeiras (US\$ 180 ao ano) decorrentes da recente filiação à ICO assim como o apoio necessário para a participação efetiva nas futuras reuniões dessa organização.

(4) Reproduzir os relatórios que os diferentes grupos de Óptica do Brasil enviaram a esta Comissão por ocasião da filiação à ICO e enviá-los aos grupos e pessoas interessadas em dispôr de informações mais ou menos completas sobre as atividades acadêmicas na área de Óptica.

Os interessados poderão obter uma cópia, escrevendo à Comissão de Óptica (UNICAMP - IFGW - Laboratório de Óptica, c/o Jaime Frejlich).

(5) Solicitar à SBF a realização de uma sessão de Óptica na Escola de Física "J.A. Swieca" em julho de 1986 com uma duração de 3 semanas. O Prof. Luiz Davidovich ficou responsabilizado pela solicitação formal à SBF e apresentação de um projeto completo (local, número de vagas, programa e professores convidados, custo e financiamento, etc.) para a próxima IV Reunião de Óptica em maio de 1985.

(6) Solicitar aos organizadores da próxima reunião de Física da Matéria Condensada (e IV Reunião de Óptica) a reserva de um espaço para a realização de uma mesa redonda sobre "INTERAÇÃO UNIVERSI-

DADE - INDÚSTRIA". A Comissão de Óptica preparará um documento com informações e reflexões sobre o assunto para servir de guia às discussões.

(7) Realização de um Curso de Óptica Aplicada dirigida à técnicos superiores da indústria e pesquisadores interessados na utilização de técnicas ópticas. A data provável seria Janeiro ou Fevereiro de 1986 com uma duração de 1 ou 2 semanas. Um projeto completo sobre o curso será submetida à próxima IV Reunião de Óptica (maio de 1985).

(a) Jaime Frejlich
UNICAMP

REVISTA BRASILEIRA DE INSTRUMENTOS E MÉTODOS

Instrumentação tem sido uma atividade bastante importante e desenvolvida nos Institutos de Física Brasileiros. Basta lembrar que os primeiros Grupos de Física Nuclear no País, depois da guerra, basearam-se em equipamentos construídos ou implementados dentro do País - exemplos particularmente importantes são a construção de um acelerador eletrostático e a instalação de um betatron na USP na década dos cinquenta.

No momento atual, instrumentação em geral assume uma posição de grande importância no País devido ao interesse governamental em estabelecer autonomia nacional em várias áreas associadas com eletrônica digital. A esse respeito, o governo tem agido através da reserva de mercado e de incentivos a pesquisa na qual o atual Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico é um exemplo recente de grande importância.

Nos Institutos de Física, vários fatores têm combinado para incentivar atividades nesta área. O desenvolvimento explosivo das tecnologias novas em várias áreas - um exemplo lógico sendo a área associada com eletrônica digital, tem imposto mudanças qualitativas em instrumentação científica em todo o mundo, abrindo novas possibilidades de controle de experiências e tomada de dados. A rapidez deste desenvolvimento, a relativa simplificação das técnicas necessárias para montar estes equipamentos, e ainda a atual dificuldade conjuntural em importar, incentiva o Pesquisador Brasileiro em construir para poder manter-se perto da fronteira.

Um problema fundamental estrutural que tem afetado este desenvolvimento nos laboratórios de pesquisa do País é certamente da comunicação. Dez a quinze anos atrás, as reuniões anuais da SBPC e SBF ofereceram palco para a difusão dos trabalhos nesta área, que funcionaram talvez adequadamente devido ao número pequeno de pesquisadores envolvidos. Hoje em dia este meio é menos propício em prática devido em parte ao crescente número de indivíduos envolvidos.

Por outro lado, há certas características inerentes aos trabalhos de instrumentação que tem de ser considerados. Estes trabalhos são em grande número de casos de considerável sofisticação, mas quase sempre envolvem a adaptação de técnicas já conhecidas às problemas locais utilizando os materiais, componentes e técnicas disponíveis no mercado local. Na maioria dos casos estes projetos são considerados pelos interessados como um meio para desenvolver suas atividades de pesquisa e não como um fim em si.

É evidente que a divulgação dos esforços de instrumentação é particularmente importante neste momento. O problema é que não há fórum adequado para esta finalidade. Em primeiro lugar isto acontece porque a solução dos problemas de adotar novas técnicas e tecnologias ao meio brasileiro muitas vezes tem interesse principalmente nacional, e não há razões fortes para divulgá-los numa revista de circulação internacional como pretende ser a Revista Brasileira de Física. Em parte este fato é reconhecido pelos próprios autores que escrevem em português, o que limita significativamente o acesso de estrangeiros à informação contida. Em segundo lugar o trabalho desenvolvido tem um caráter especial já mencionado. Ele é tipicamente um meio dentro de um projeto de pesquisa maior e não um fim em si mesmo.

Há outra classe de trabalhos que sofrem de problemas similares: os estudos e aplicações envolvendo materiais nacionais que tem interesse particular para a comunidade nacional. O desenvolvimento nesta área que envolve por exemplo ciências de materiais, é de grande importância quando propomos o desenvolvimento de indústrias nacionais de base, mas, mais uma vez falta fórum para sua divulgação.

Estas considerações levaram a SBF a criar uma nova Revista para tratar adequadamente com as seguintes áreas: Desenvolvimento de instrumentação para controle e medição de fenômenos físicos, aplicação a pesquisa em Física, Física Química, Ciências de Materiais e outras áreas afins. Aplicações de técnicas físicas no estudo de problemas de interesse científico e/ou tecnológico nacional.

Estaremos em condições de editar dois volumes da Revista Brasileira de Instrumentos e Métodos em 1985. Parte dos recursos neces

sários para editá-las já foram liberados pelo CNPq.

O Conselho indicou o Prof. Fernando C. Zawislak (Instituto de Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Avenida Luiz Englert s/n, CEP 90000, Porto Alegre - RS) como editor da nova Revista. Assim os artigos nessa área devem ser encaminhados ao Editor.

MANIFESTAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA SOBRE "HIGH TECHNOLOGY TRADE ACT OF 1963"

Dear Professor Dresselhaus,

Recently, the Executive Council of the Brazilian Physical Society had the opportunity to analyse the text of the "High Technology Trade Act of 1963" (Bill H.R. 1052 submitted to the 98th Congress of the United States of America, in its 1st Session).

The purpose of H.R. 1052 is the intervention of the President of the United States of America in negotiations directed toward "opening foreign markets to United States exports of high technology products, and for other purposes". In H.R. 1052, countries such as Brazil are identified as newly industrialized and for them the President shall consider "what action may be taken under the laws of the United States and trade agreements to obtain the reduction or elimination of actions from those countries which are considered to be violations of United States international agreements or are unjustifiable, unreasonable, or discriminatory, and a burden or restriction on United States high technology products, services, or investments".

The Brazilian research community has received the text of this Trade Act with apprehension. It has good reasons to ponder about the negative effects to the economic development of our country, that can be expected under the vague statements present in the text of H.R. 1052, coupled to the prevailing unbalanced economic power of the United States within our region. In particular, the criteria or prescriptions for the "openness of foreign markets" considered by this High Technology Trade Act should reinforce the maintenance of the unfavorable conditions which have held in check the development of science and technology in our country for a long period.

We are sure that the members of the American Physical Society can appreciate the important role of national technology for the economic strengthening of any country as well as for the growth of research activities. It is based in this mutual desire for an economic equilibrium between our countries, and the fostering of science in all Americas, that we call the American Physical Society for actions leading to a deeper analysis of H.R. 1052, and, in particular, its predictable effect of increasing the scientific and technological

gap between the first- and the third-world nations.

We realize the need for normal trade relations between nations, and we appreciate the benefits such trade relations bring to all parties that are involved. One must appreciate, however, that with unrestricted trade, it is very easy for a powerful nation such as the U.S. to destroy an infant industry in a developing country. The high technology industry is just such infant industry in Brazil, which needs some nurturing, in the form of temporary import restrictions. H.R. 1052 mandates the President of the United States to apply pressure to Brazil to lift the restrictions. Because of the economic power of the U.S. such pressure is likely to succeed and, if successful, will very quickly destroy this industry, which is vital to the technological and scientific development of Brazil.

Sincerely yours,

(a) *Fernando de Souza Barros*
President,
Brazilian Physical Society

A SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA E A FEDERAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIEDADES DE FÍSICA

Em 5 de dezembro passado, o Conselho da Sociedade Brasileira de Física decidiu solicitar a afiliação da Sociedade à Federação Latino-Americana de Sociedades de Física.

A Federação foi constituída formalmente durante o 2º Encontro das Sociedades Latino-Americanas de Física, realizado em São Paulo de 4 a 7 de julho de 1984. Participaram do 2º Encontro representantes das Sociedades de Física da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, México e Peru. Também participou como convidado o diretor em exercício do CLAF.

Além de aprovar o ante-projeto dos seus Estatutos e de formar uma diretoria provisória, os participantes do 2º Encontro decidiram que: 1) O 3º Encontro será em agosto de 1985, no Peru; 2) As Sociedades de Física Mexicana e Cubana examinarão a possibilidade de realização de um Congresso Latino-Americano de Física, na cidade do México, dentro de um período de 3 anos.

A Secretaria Geral da Federação está a cargo da Sociedade Peruana de Física (Manfred Horn). A Sociedade Chilena de Física é a responsável pela publicação do Boletim Informativo da Federação (Roberto Hojman).

Informações sobre outras atividades da Federação, endereços e cópias dos seus Estatutos podem ser fornecidos por Fernando de Souza Barros, Presidente provisório da Federação.

SUGESTÕES DO COMITÊ ACESSOR DE FÍSICA E ASTRONOMIA AO PRESIDENTE DO CNPq

Senhor Presidente,

Os acordos com países da Europa Oriental para compra de equipamentos destinados a laboratórios de ensino e de pesquisa das Universidades representam, potencialmente, um excelente meio de melhorar as condições de trabalho nessas instituições.

A eficiência desse sistema tem sido prejudicado, entretanto, pelos procedimentos adotados: os prazos para seleção são excessivamente curtos, não há suficientes informações técnicas sobre os equipamentos, às vezes não há preços que permitam comparação com os do mercado internacional, etc..

Uma forma de aprimorar o sistema seria a seguinte: o CNPq designaria, pelos Comitês Assessores, uma Comissão de especialistas nas áreas de interesse, que fariam uma pré-seleção, a partir das listas fornecidas pelos fabricantes, dos equipamentos que poderiam ser solicitados pelos usuários. Essa pré-seleção seria baseada numa análise da qualidade do equipamento e de seu preço no mercado internacional, da possibilidade de manutenção no Brasil e de um levantamento da situação de operação dos equipamentos de mesmo modelo existente no País.

Somente após esta pré-seleção, passar-se-ia à fase de encaminhamento de listas aos usuários.

As solicitações retornariam aos CA's para uma análise final quanto ao mérito.

(a) Comitê Assessor de Física e Astronomia

Senhor Presidente,

Um exame quantitativo da formação de físicos experimentais e de físicos teóricos no País, continua evidenciando um desequilíbrio desfavorável à Física Experimental. Como este processo tende naturalmente a se realimentar, acentuando-se o desequilíbrio, o C.A. de Física e Astronomia considera urgente, em consonância com os propósitos de "Avaliação e Perspectivas 1982", e sem exclusão de outras providências, implementar medidas específicas de incentivo a estudantes de iniciação científica, mestrado e doutorado em Física Experimental.

Assim, propomos a criação de um Programa Especial de Física Experimental, com uma quota inicial de 30 (trinta) bolsas de Iniciação Científica, 20 (vinte) bolsas de Mestrado e 10 (dez) bolsas de

Doutorado, a serem destinadas exclusivamente ao atendimento de projetos em qualquer área de Física Experimental, desde que satisfaçam aos critérios usuais de qualidade. Deverá ser dada, entretanto, prioridade àquelas áreas, tais como Ciência dos Materiais, Instrumentação e Fenomenologia Clássica, onde existe uma grande carência no País, e que possam ter um efeito significativo a curto prazo no desenvolvimento da Física Experimental entre nós.

As solicitações para as bolsas deste Programa serão encaminhadas a um pequeno Comitê de pré-seleção, e posteriormente para análise de mérito daquelas que se enquadram em seus objetivos, ao Comitê Assessor. Tratando-se de um Programa Especial, as bolsas poderão ser julgadas em qualquer época. O C.A. indicará, caso o Programa seja aprovado, o Comitê de pré-seleção.

Na certeza de contar com sua colaboração, subscrevemo-nos.

(a) Comitê Assessor de Física e Astronomia

PENSAMENTO DO COMITÊ ASSESSOR DE FÍSICA E ASTRONOMIA DO CNPq SOBRE AS BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, DOUTORADO E PÓS-DOUTORADO

A) CARTA DO COMITÊ ASSESSOR DE FÍSICA E ASTRONOMIA AO PRESIDENTE DO CNPq

Senhor Presidente,

As bolsas de pós-doutorado no exterior têm sido utilizadas para atender basicamente a dois tipos distintos de usuários. De um lado, o pesquisador jovem, recentemente doutorado, que busca um treinamento adicional para complementar sua formação. De outro, o pesquisador experiente, que necessita periodicamente dedicar-se de forma integral à pesquisa, afastando-se temporariamente de suas obrigações didáticas e administrativas.

Parece-nos injusto que estes dois tipos distintos de usuários compitam pelo mesmo tipo de bolsa. Seria altamente desejável que o CNPq criasse uma "Bolsa (Especial) de Pesquisa no Exterior" para atender à segunda categoria de usuários.

Sugerimos a seguinte definição desta bolsa:

"A Bolsa de Pesquisa no Exterior destina-se a pesquisadores com experiência, que já tenham formado pessoal a nível de mestrado e/ou doutorado no país, ou que tenham uma produção científica regular e de boa qualidade. A qualificação dos candidatos será feita através da análise do currículo, lista de publicações, plano de tra-

balho e carta(s) convite(s). A instituição escolhida deverá proporcionar uma ampla interação com a comunidade científica internacional. A bolsa será concedida por um período mínimo de seis meses e máximo de um ano. Seu valor será fixado em um nível compatível com as necessidades financeiras do pesquisador."

Atenciosamente,

(a) *Cylon Eudóxio Tricot Gonçalves da Silva*
Coordenador do Comitê Assessor de
Física e Astronomia

B) BOLSAS

Iniciação Científica

O candidato deve possuir um bom histórico escolar e apresentar um plano de trabalho detalhado, com clara indicação de atividades de introdução à pesquisa. Não serão considerados planos de trabalho que se baseiem exclusivamente em um programa de estudos, seja por livros-texto ou artigos científicos. Seguindo recomendação já contida no documento "Avaliação e Perspectivas", haverá prioridade no atendimento de programas experimentais de boa qualidade em Física e Astronomia. Especial atenção será dada ao currículo do orientador que deverá possuir a experiência necessária para conduzir o programa de atividades proposto.

Quando de renovação, será analisado o desempenho do candidato no período anterior, conforme expresso pelo relatório de atividades (que deve ser detalhado a nível suficiente para permitir avaliar a evolução do bolsista), histórico escolar atualizado e carta de apreciação do orientador. Será exigido um bom desempenho acadêmico durante a vigência da bolsa para fins de sua renovação.

Doutorado no País

O julgamento será iniciado pela análise do desempenho acadêmico anterior do candidato, baseado em seu histórico escolar e nas cartas de recomendação (em número de três) de professores e pesquisadores com quem haja trabalhado. No caso do candidato já possuir orientador definido o plano de trabalho proposto será analisado, devendo o orientador demonstrar a experiência necessária para conduzir o programa de atividades proposto.

Não tendo ainda a definição de um orientador, o candidato deve apresentar justificativa quanto à escolha da área de concentração e da instituição procurada. Em qualquer dos casos, deverá ser

anexada carta de aceitação da instituição onde deverão ser realizados os trabalhos.

Normalmente será exigida a comprovação de conclusão do mestrado. Em casos excepcionais, contudo, essa exigência poderá ser dispensada, desde que o orientador explicita as razões pelas quais acredita possuir o candidato condições de cumprir diretamente o programa de doutoramento, e haja concordância da Comissão de Pós-Graduação da instituição onde serão desenvolvidos os trabalhos. Nesses casos, o desempenho acadêmico anterior do candidato será analisado com especial cuidado, e deve refletir a excepcionalidade da situação.

Em qualquer dos casos, deve ser entendido que as renovações não são automáticas, e que o período total de concessão de bolsas será de 4 anos.

Em cada renovação o candidato deve apresentar relatório detalhado de suas atividades no período anterior, histórico escolar que reflita bom desempenho nos cursos e carta de avaliação do orientador e/ou coordenador de pós-graduação. Especial atenção será dada à análise dos pedidos de primeira renovação, quando o candidato deverá seguramente demonstrar ter condições de seguir o programa proposto.

Pós-Doutorado no País

A análise será baseada no currículo do candidato, no plano de trabalho proposto, e nas cartas de recomendação (em número de 3) que deverão ser enviadas diretamente ao CNPq. O candidato deve apresentar justificativa quanto à escolha da instituição onde pretende cumprir o programa. Normalmente não será concedida bolsa para recém-doutor que desejar permanecer na instituição onde se doutorou, especialmente quando haja grupos em áreas correlatas em outras instituições nacionais. Casos excepcionais deverão ser amplamente justificados pelo candidato e pela instituição.

O candidato deverá anexar carta convite da instituição onde deverá cumprir o programa.

Doutorado no Exterior

A qualificação dos candidatos à bolsas de doutorado no exterior será feita através da análise do histórico escolar e de cartas de referências (em número de 3); bem como a comprovação da obtenção do mestrado. Para os não possuidores do título de mestre, a excepcionalidade deverá ser justificada. O plano de trabalho proposto de

verá efetivamente ser executado em áreas carentes onde os programas de doutorado inexistem ou cuja qualificação não é adequada.

Recomenda-se que as instituições onde os programas serão desenvolvidos propiciem aos candidatos possibilidades amplas de interação com uma comunidade científica ativa para que a vivência profissional do bolsista não fique restrita ao orientador ou grupo ao qual se vincula o trabalho de doutorado.

Para renovação das bolsas de doutorado no exterior, o bolsista deverá apresentar um relatório de atividades que poderá ser sumário se houver publicações resultantes do programa. Cópias de tais publicações deverão ser incluídas na documentação. Além disso, deverá ser anexada uma apreciação detalhada do orientador quanto ao trabalho realizado, bem como as metas a serem alcançadas durante o período seguinte da vigência da bolsa.

Pós-Doutorado no Exterior

A bolsa de Pós-Doutorado no exterior deverá ser propiciada àqueles que recém obtiveram seu doutorado no país. A qualificação dos candidatos será feita através da análise dos *curricula vitae* e de cartas de recomendação. O plano de trabalho deverá também justificar a escolha da instituição bem como a adequação aos programas institucionais do local de origem ou de vinculação profissional. Igualmente, recomenda-se que as instituições escolhidas para o desenvolvimento dos programas de pós-doutorado possibilitem aos candidatos uma interação ampla com uma comunidade científica ativa.

Enquanto não for aprovada pelo CNPq uma bolsa especial destinada a pesquisadores experientes para ano sabático no Exterior, eles continuarão a competir nesta categoria.

A nova bolsa foi proposta pelo C.A.F.A., aprovada pela Comissão de Coordenadores dos Comitês Assessores e encaminhada à Presidência.

NOVO COMITÊ ASSESSOR DE FÍSICA E ASTRONOMIA DO CNPq

- Miriani Grizelda Pastoriza (UFRGS)
- Alejandro Szanto de Toledo (USP)
- Jean Pierre von der Weid (PUC/RJ)
- Roland Köberle (IFQSCarlos)
- Ramayana Gazzinelli (UFMG)
- Celso Pinto Melo (UFPE)
- Cylon E.T.G. da Silva (UNICAMP)

CNPq - SIMPLIFICAÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE AUXÍLIOS DE PEQUENA MONTA

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1.0 - As pessoas físicas beneficiárias de auxílio concedido pelo CNPq cujo valor não ultrapasse o equivalente a 500 ORTN, calculadas à data da liberação dos recursos, ficam dispensadas do encaminhamento dos comprovantes de despesas respectivos.
- 2.0 - Os comprovantes das despesas e de recolhimento dos saldos não aplicados deverão ser mantidos em poder do beneficiário por um prazo de cinco anos, para fins de auditoria.
 - 2.1 - Durante este período, o CNPq reserva-se o direito de, a qualquer momento, solicitar o envio dos comprovantes precipitados.
- 3.0 - Os beneficiários de que trata esta Resolução Executiva, deverão observar os critérios de aplicação de recursos estabelecidos pelas normas do CNPq, ao qual encaminharão um resumo das aplicações financeiras e relatório técnico-científico.
- 4.0 - Os critérios estabelecidos na presente resolução aplicam-se, também, aos auxílios já concedidos, cujas prestações de contas ainda não tenham sido apresentadas.
- 5.0 - A Superintendência de Administração deverá baixar as instruções necessárias para regulamentar o cumprimento da presente Resolução Executiva.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES DOS COMITÊS ASSESSORES (1985)

1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
05,06,07,08,09/março	22,23,24/maio	26,27/Junho	10,11,12,13,14/setemb.	19,20,21,22/novemb.
<p>1. <u>Auxílios</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . Pesquisa . <u>Pesq. Visitante</u> . Viagem . Congresso <p>2. <u>Bolsas de Pesquisa</u></p> <p>3. <u>Bolsas de Apoio Técnico à Pesquisa</u></p> <p>4. <u>Bolsas Especiais de Pesquisa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . <u>Recém-Doutor</u> . <u>Des. Cient. Reg.</u> . <u>Pesq. Visitante</u> <p>5. <u>Bolsas no Exterior</u> (Renovação)</p>	<p>1. <u>Bolsas no Exterior</u> (N e R)</p> <p>2. <u>Doutorado no País</u> (N e R)</p> <p>3. <u>Pós-Doutorado no País</u> (N e R)</p> <p>4. <u>Auxílios</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . <u>Pesq. Visitante</u> . Congresso . Viagem <p>5. <u>Bolsas Especiais de Pesquisa</u> p/ Desenvolvimento Científico Regional</p>	<p>1. <u>Auxílios</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . <u>Pesquisa</u> . <u>Pesq. Visitante</u> . Viagem . Congresso <p>2. <u>Bolsas no Exterior</u> (Renovação)</p>	<p>1. <u>Auxílios</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . <u>Pesquisa</u> . <u>Pesq. Visitante</u> . Viagem . Congresso <p>2. <u>Bolsas de Pesquisa</u></p> <p>3. <u>Bolsas de Apoio Técnico à Pesquisa</u></p> <p>4. <u>Bolsas Especiais de Pesquisa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . <u>Recém-Doutor</u> . <u>Des. Cient. Reg.</u> . <u>Pesq. Visitante</u> <p>5. <u>Bolsas no Exterior</u> (Renovação)</p>	<p>1. <u>Inic. Científica</u> (N e R)</p> <p>2. <u>Aperfeiçoamento</u> (N e R)</p> <p>3. <u>Mestrado no País</u></p> <p>4. <u>Doutorado no País</u> (N e R)</p> <p>5. <u>Pós-Doutorado no País</u> (N e R)</p> <p>6. <u>Pós-Doutorado no Exterior</u></p> <p>7. <u>Bolsas Especiais de Pesquisa</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . <u>Recém-Doutor</u> . <u>Des. Cient. Reg.</u> <p>8. <u>Auxílios</u></p> <ul style="list-style-type: none"> . <u>Pesq. Visitante</u> . Viagem . Congresso <p>9. <u>Bolsas no Exterior</u> (Renovação)</p>

CALENDÁRIO-SDC/1985

Programa	Categoria/Tipo	Prazo de Inscrição		Divulgação dos Resultados	Início da Bolsa	
		Início	Término			
BOLSAS NO PAÍS	Iniciação Científica (N e R) [1]	01/07/85	30/08/85	01/86	03/86	
	Aperfeiçoamento (N e R) [1]	01/07/85	30/08/85	01/86	03/86	
	Mestrado	01/08/85 [2]	17/09/85	01/86	03/86 08/76	
	Doutorado (N e R) [1]	07/01/85	08/05/85	1ª quinz./07/85	08/85	
		01/07/85	30/08/85	1ª quinz./01/86	03/86	
	Pos-Doutorado (N e R) [1]	07/01/85	08/05/85	1ª quinz./07/85	08/85	
		01/07/85	30/08/85	1ª quinz./01/86	03/86	
	. Pesquisa [3]					
	. Especial Pesq. Visitante (N e R) [1]	01/10/84 22/03/85	29/11/84 24/05/85	1ª quinz./05/85 2ª quinz./11/85	08/85 02/86	
	. Apoio Técnico à Pesquisa					
BOLSAS NO EXTERIOR	Especial de Pesq. p/ Recém-Doutores (N e R) [1]	-	11/01/85	2ª quinz./04/85	05/85	
		-	16/07/85	1ª quinz./10/85	10/85	
		-	27/09/85	1ª quinz./01/86	02/86	
	Especial de Pesq. p/ Desenvolvim. Cient. Regional (N e R) [1]	-	11/01/85	2ª quinz./04/85	05/85	
		-	29/03/85	1ª quinz./07/85	08/85	
		-	16/07/85	1ª quinz./10/85	10/85	
		-	27/09/85	1ª quinz./01/86	02/86	
	Todas as Categorias	17/12/84	15/02/85	2ª quinz./06/85	a partir 09/85	
	Somente Pós-Doutorado	01/08/85	28/09/85	2ª quinz./12/85	a partir 02/86	
	AUXÍLIOS	Projeto de Pesq.	01/10/84 22/03/85	29/11/84 15/05/85	1ª semana/05/05 1ª quinz./11/85	- -
. Realização de Congresso			04/01/85 22/03/85	1ª semana/05/85 1ª quinz./07/85	- -	
. Pesquisador Visitante			09/07/85 23/09/85	1ª quinz./11/85 1ª quinz./01/86	- -	
VIAGEM				11/01/85 (p/eventos entre 15/04 e 26/06)	1ª quinz./04/85	-
				02/04/85 (p/eventos entre 27/06 e 24/07)	2ª quinz./06/85	-
				17/05/85 (p/eventos entre 25/07 e 12/10)	2ª semana/07/85	-
				19/07/85 (p/eventos entre 13/10 e 21/12)	1ª quinz./10/85	-
				30/09/85 (p/eventos entre 22/12/85 e 11/05/86)	1ª quinz./12/85	-

OBSERVAÇÕES:

- [1] Os prazos se referem a pedidos de bolsas novas e renovações.
- [2] Refere-se a prazo de solicitação, pelas coordenações dos cursos, de quotas de bolsas de mestrado.
- [3] A bolsa de pesquisa é concedida por 2 anos. É permitido ao beneficiário, no período determinado pelo calendário, competir pela obtenção de nova bolsa, bastando o pedido na apresentação de novo projeto de pesquisa ou de proposta justificada de continuação do projeto que venha desenvolvendo.

CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO NACIONAL DE RADIAÇÃO DE SÍNCROTRON

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso de suas atribuições e, em especial, na contida no parágrafo único do Art. 2º da Lei nº 6.129, de 6 de novembro de 1974 e,

Considerando que a necessidade já constatada pela comunidade científica nacional, expressa inclusive em documentos públicos, recomenda a criação de laboratórios nacionais, favorecendo o intercâmbio entre grupos de pesquisa, contribuindo para a melhoria da qualidade das pesquisas científicas e tecnológicas e ensejando o desenvolvimento de instrumentação e da tecnologia nacional;

Considerando que o CNPq, por suas unidades específicas, e em consonância com aspirações e ampla cooperação da comunidade científica, de entidades públicas e do setor privado, concluíram pela viabilidade técnica da construção e operação de um anel de armazenamento para radiação de síncrotron no Brasil, com elevado índice de nacionalização;

Considerando que, pela sua natureza e finalidade, este anel de armazenamento só deve ser construído e aprovado como um centro de pesquisa básica e tecnológica, aberto a cientistas de ampla gama de áreas de conhecimento, vinculados às mais diversas instituições de pesquisa, e deve ser um Laboratório Nacional, diferenciado em sua estrutura, de outras Unidades do CNPq;

RESOLVE:

- 1.0 - Fica instituído, no âmbito do CNPq, o "Laboratório Nacional de Radiação de Síncrotron - LNRS", com as seguintes atribuições e objetivos principais:
 - 1.1 - Projetar, construir, manter, aperfeiçoar e ampliar as fontes de radiação sincrotrônica e seus equipamentos;
 - 1.2 - Assegurar o bom funcionamento de suas instalações técnico-científicas e o livre acesso de pesquisadores qualificados independentemente de seu vínculo institucional a estas instalações, respeitadas as prioridades científicas do LNRS;
 - 1.3 - Estimular, através do regime de sub-contratos, o desenvolvimento técnico-científico nacional, envolvendo laboratórios de pesquisa e a indústria nacional no cumprimento de sua missão;
 - 1.4 - Estimular o intercâmbio de cientistas e técnicos a nível nacional e internacional, nas suas áreas de atuação.

2.0 - Disposições Transitórias:

2.1 - O Laboratório Nacional de Radiação de Síncrotron - LNRS será administrado inicialmente por um Conselho Diretor, composto por um Presidente e três membros, todos designados pelo Presidente do CNPq.

2.2 - O Conselho Diretor terá, inicialmente, as seguintes atribuições principais:

2.2.1 - Apresentar ao Presidente do CNPq estudos quanto à necessidade em recursos orçamentários-financeiros e de pessoal para o biênio 1985/86, bem como estudos de viabilidade quanto à localização física do Laboratório;

2.2.2 - Propor uma estrutura definitiva para o LNRS e formular o seu Regimento Interno, Normas de Estrutura e organização geral para aprovação pelo Presidente do CNPq;

2.2.3 - Formular o projeto técnico, seu cronograma de execução e respectivo orçamento, para o que poderá contratar consultorias nacionais ou estrangeiras;

2.2.4 - Propor alterações nos Instrumentos Normativos do CNPq relacionados com o Projeto de Radiação Síncrotrônica;

2.2.5 - Outros, determinados pelo Presidente do CNPq.

2.3 - As atribuições definidas no subitem 2.2.1 deverão estar concluídas no prazo de 90 dias.

2.4 - Na fase de implantação do LNRS, o seu Conselho Diretor será assessorado pelos membros do CTC/PRS e terá o apoio administrativo principal propiciado pela Agência Regional São Paulo-ASP.

3.0 - Disposição Final:

As Unidades Subordinadas, Técnicas, e Administrativas e Agências Regionais deverão, sempre que solicitadas pelo LNRS, fornecer apoio técnico-administrativo, colocando recursos financeiros e cedendo material e pessoal necessários.

UM CASO PECULIAR

CARTA ENDEREÇADA AO EDITOR DO BOLETIM DA SBF

Caro Colega,

Pela presente vimos relatar-lhe um "caso" com o Physical Review, cujo conhecimento acreditamos possa ser de utilidade para os nossos colegas físicos em geral. Trata-se de um caso *banal* no sentido de ele ser provavelmente *corriqueiro* no âmbito editorial do Phys. Rev., mas ele é *singular* pelo fato de estar *documentado* (contrariam do assim as intenções expressas dos próprios editores!).

A meados de 1983 submetemos a Phys. Rev. A um manuscrito intitulado "Specific heat of the anisotropic rigid rotator", onde apresentávamos um cálculo extremamente simples, do tipo que era costumeiro nos primeiros tempos da Mecânica Estatística Quântica, e que, para nossa própria surpresa, ninguém tinha ainda executado. Algum tempo depois recebemos a resposta do Phys. Rev. (documentos anexos A, B e C), essencialmente recusando a publicação. Até aqui nada de irregular. Mas agora começa a singularidade do caso: *mais dois documentos* (D e E em anexo) *vinham no mesmo envelope*, misturados às folhas de nosso manuscrito, presumivelmente esquecidos ali por inadvertência de alguém!

A análise dos dois documentos esquecidos mostra que

- i) os referees foram três, e não dois;
- ii) o parecer (favorável) do primeiro referee foi *eliminado*, o do segundo referee foi *adulterado* (eliminação de frases indicando posicionamento muito concreto) e *transformado* em primeiro referee; finalmente aquele que claramente foi o terceiro referee, foi *transformado* em segundo (não cabe analisar aqui a péssima qualidade científica deste último parecer, refutável praticamente de ponta a ponta!).

Indignados por estas constatações, decidimos imediatamente retirar o nosso manuscrito do Phys. Rev., e o submetemos à que alguns consideram como a mais severa revista de Física Estatística do mundo, qual seja o Journal of Statistical Physics (americana também), cujo editor é o reputado Prof. J.L. Lebowitz. Providencialmente (para nós, pelo menos!) o artigo foi aceito, e está hoje publicado (J. Stat. Phys. 35, Nº 1/2 (1984)).

Imediatamente após a aceitação de nosso artigo (no J. Stat. Phys.), escrevemos uma carta de protesto (documento F) ao Editor-Chefe do Phys. Rev. A (Dr. Benjamin Bederson) e ao Presidente da American Physical Society (Prof. R.E. Marshak, que pouco tempo an-

tes tinha sido hóspede do Brasil).

O Editor-Chefe respondeu (documento G). Na sua resposta nos pede desculpas pelo erro "secretarial", e nos adverte que o Phys. Rev. "do occasionally edit referee reports" (SIC!). Entendamo-nos bem: ele não está, no presente caso, referindo-se a "edit" no sentido de eliminar do parecer algum palavrão ou despropósito, ele está se referindo à eliminação de frases tais como "There is no doubt that the paper should be published" e "this is strictly an editorial decision"!!!!

O Prof. Marshak não respondeu. Reiteramos nosso interesse na *sua* resposta (documento H). Mas até hoje ela não chegou..., nem a dele, nem a de seu sucessor na Presidência da American Physical Society... e a vida continua!

Consideramos totalmente inverossímil que qualquer um dos fatos citados tenha qualquer direcionalidade pessoal. Nestas condições, tendemos a pensar que o "tratamento editorial" que recebemos do Phys. Rev. deve ser muito freqüente naquelas paragens, tão freqüente que às vezes erros "secretariais" tornam-se inevitáveis! Será que a freqüência é igual para americanos do norte e europeus?? Será que ela é igual para americanos do norte e físicos do Terceiro Mundo?? Dúvidas, dúvidas... Cada um de nossos colegas fará as suas reflexões... De nossa parte não conseguimos nos lembrar de algum caso análogo acontecido com revistas européias... ou brasileira!

Com nossas saudações muito cordiais,

(a) A.O. Caride
C. Tsallis

DOCUMENTO A

Re: Specific heat of the anisotropic rigid rotator
By: Anibal O. Caride and Constantino Tsallis (AGJ232)

Dear Dr. Tsallis:

The above manuscript has been reviewed by two of our referees. We are enclosing comments from the reports, and are returning the manuscript.

Yours sincerely,

(a) Carol B. Kraner
Assistant Editor
Physical Review A

DOCUMENTO B

REPORT OF FIRST REFEREE

AGJ232

Report of Referee

This is an unusual paper. The authors solve a problem which one would expect to find in textbooks, but which, apparently, has been overlooked. I have not carried out an exhaustive check of the literature to verify that the problem actually has been overlooked, but I do not know of any earlier work. However, insofar as it not really a piece of modern Physics, I question whether it belongs in Phys. Rev..

DOCUMENTO C

REPORT OF SECOND REFEREE

Manuscript Number AGJ232

Author: Caride and Tsallis

Title: Specific Heat of the Anisotropic Rigid Rotator

This paper should not be published. The heat capacity for a rotating molecule certainly is known. It is relatively straight forward to evaluate the partition function when the system is classical. Quantum correction terms for replacing a summation by an integral have been treated by Mayer and Mayer, (Reference 1). Certainly the fact that this work must be done on a computer makes it less than interesting. A moment's thought will convince one that at low temperatures one would be quite concerned about spin statistics and not using the high temperature model of the symmetry number. Thus there seems to be little reason to publish this. I did not find it eloquent, in fact, I believe it is quite confusing to describe an diatomic molecule as an oblate inertial ellipsoid whether heteronuclear or not. It really does not make any sense to publish something as clearly as understood as the heat capacity of an ideal gas. One of my brighter colleagues looked at this and his statement reads: "summing a series on a computer and graphing the results is not publishable work".

DOCUMENTO D

AGJ232

REPORT OF THE REFEREE

We have read this, and it seems to be correct, although not very momentous. We are surprised that it has not been done before, but we can't locate a previous calculation. If another referee agrees, I would suggest it be published.

DOCUMENTO E

REPORT OF THE SECOND REFEREE

Report of Referee

Specific Heat of the Anisotropic Rigid Rotator
Caride and Tsallis (AGJ232)

This is an unusual paper. The authors solve a problem which one would expect to find in textbooks, but which, apparently, has been overlooked. I have not carried out an exhaustive check of the literature to verify that the problem actually has been overlooked, but I do not know of any earlier work. There is no doubt that the paper should be published. However, insofar as it is not really a piece of modern Physics, I question whether it belongs in Phys. Rev.; this is strictly an editorial decision.

DOCUMENTO F

Dear Prof. Marshak,

Some time ago we submitted for publication in Physical Review A our manuscript "Specific heat of the anisotropic rigid rotator" (it is a very simple thermal statistics calculation which quite clearly should have been undertaken half a century ago, but which, surprisingly enough, was still to be done!). About three months later we received the answer (documents I, II and III enclosed herein) from Dr. Carol B. Kraner, Assistant Editor of Physical Review A. However in the same envelope were documents IV and V (enclosed herein) shuffled within the pages of our original manuscript (forgotten there by inadvertence?). The whole set of papers constitutes a rather strange

object:

- i) The Assistant Editor mentions (see I) two referees, but it seems they were three;
- ii) The presumably first referee (see IV) was somehow eliminated; the presumably second referee (see V) was somehow transformed into the first referee (see II); and the presumably third referee somehow became the second one (see III);
- iii) The report from the presumably second referee (see IV) "lost", while becoming a first referee's one, two statements, namely "There is no doubt that the paper should be published", and "this is strictly an editorial decision" (compare II with IV).

These facts present what could be considered as an unacceptable profile. Concerning in particular point (iii), one of us has acted as referee of the Revista Brasileira de Física, Solid State Communications, Physics Letters and Physical Review Letters: it would be clearly improper the thought that his (and other referee's) reports were to be treated in the above mentioned manner.

As a consequence of these facts (in addition to the bad technical quality and contemptuous manners exhibited by the last referee's report (see V), easily refutable almost from top to bottom), we have immediately withdrawn our manuscript from Physical Review A; it is presently accepted for publication (in a slightly summarized version) in the Journal of Statistical Physics (scheduled for the April 1984 issue, Volume 35).

Scientists who are not at phone-call distance from the Editorial Boards, rely even more than the others on the efficiency, honesty and fairness of every single component of the editorial staff of world-wide high-repute scientific journals.

Your opinion on the content of this letter would greatly clarify our understanding and that of our colleagues.

Sincerely yours,

(a) *Anibal O. Caride*
Professor of Physics

(a) *Constantino Tsallis*
Professor of Physics
Guggenheim Fellow

Copy to:

- Dr. Benjamin Bederson, Editor of Physical Review.
- Dr. Carol B. Kraner, Assistant Editor of Physical Review A.
- Prof. Fernando de Souza Barros, President of the Brazilian Physical Society.

DOCUMENTO G

Re: Manuscript N° AGJ232

Dear Dr. Caride:

This is in response to your letter to Carol Kraner of December 27th, 1984, concerning your paper entitled "Specific heat of the anisotropic rigid rotator" by Anibal O. Caride and Constantino Tsallis.

We sincerely regret the error which resulted in your writing that letter. Let me impose on you to offer an explanation for what actually occurred.

First, we did receive a brief "report" by the person to whom you refer as the first referee. However, this was really only a statement which was of no value to us insofar as evaluating the scientific content of your paper with regard to our standard criteria for acceptance.

The quote to which you refer in your letter states in full: "There is no doubt that the paper should be published. However, insofar as it (is) not really a piece of modern Physics, I question whether it belongs in Phys. Rev.; this is strictly an editorial decision." In fact, my own opinion at that time coincided with that statement: the article was an interesting exercise which could be published in an appropriate place but, probably Physical Review A was not the place.

Eventually, and to be absolutely certain of the validity of my own judgment, I sent it to a renowned physical chemist, one of the world leaders in the field, with a personal note. His was the report with the remark "absolutely worthless" in it.

You should be aware that we do occasionally edit referee reports. Referees sometimes include gratuitous statements like the one you saw. This is, unfortunately, true even (sometimes especially) for our most distinguished colleagues. We always are on the alert for such remarks, and delete them from the reports sent to authors. Also, referees sometimes confuse recommendations (which they are requested to make) with decisions (which only the Editors make). We therefore also delete statements which might appear to commit the journal to a course it is not ready or willing to take. That was the reason for removing reference to the "first" referee who, in fact did not submit a scientific report.

In this case an unfortunate clerical error was made, resulting in your seeing the unedited correspondence. Please again accept my apologies for this occurrence. At the same time I hope you agree

that, scientifically speaking, (and this is more important than the clerical error) the incident ended properly, since your paper was accepted by an appropriate journal.

Very truly yours,

(a) Benjamin Bederson
Editor
Physical Review A

DOCUMENTO H

Dear Prof. Marshak,

About two months ago we sent to you a letter (copy enclosed herewith) but unfortunately we have not yet received your answer.

The matter being quite serious, we care very much about your personal opinion, which will greatly enlighten us as well as our colleagues.

Sincerely yours,

(a) Constantino Tsallis
Anibal O. Caride

ESCOLA LATINO AMERICANA DE FÍSICA 1985

A Escola Latino Americana de Física (ELAF'85) se realizará entre 22 de julho e 4 de agosto de 1985, em Cali, Colômbia. Seu tema é Transições de Fase e Fenômenos Críticos. Os cursos estarão a cargo de especialistas que abordarão aspectos teóricos e experimentais da Física de Transições de Fase. A Escola é dirigida a interessados com uma sólida formação em matemática e física principalmente estudantes de pós-graduação e pesquisadores de diferentes universidades e centros de pesquisa da América Latina. Sua ênfase será a exposição dos conceitos básicos da fenomenologia, e ferramentas matemáticas necessárias para contribuir ativamente no desenvolvimento desta área da Física atual. Os cursos serão em inglês. Espera-se que, em geral, os participantes obtenham financiamento em suas próprias instituições para cobrir os gastos da passagem e estadia. Existe um número limitado de bolsas para casos excepcionais.

Comitê Organizador Local

- J. Millán (Diretor), N. Porras, C. Tsallis, G. Garzón, A. Campo, P. Prieto.

Patrocinadores

- Organização dos Estados Americanos (OEA)
- Universidad del Valle
- Colciencias - Fondo Colombiano de Investigaciones Científicas y Proyectos Especiales "Francisco José de Caldas"
- Instituto Colombiano para el Fomento de la Educación Superior (ICFES)
- Asociación pro Centro Internacional de Física (ACIF)
- Fundación para la Educación Superior (FES).

Prazos

- 1) Solicitação de bolsas - 19 de março de 1985
- 2) Participação e apresentação de trabalhos - 30 de abril de 1985

Informações

Ruth Martínez C., Secretaria ELAF'85
Universidad del Valle, Departamento de Física
Apartado Aéreo 25360
Cali - COLOMBIA
Telefones:- 392440
392495.

1985 SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE MICROONDAS NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL-BRASIL
22 - 25 de Julho, Campinas, SP, Brasil

O 1985 Simpósio Internacional em Tecnologia de Microondas no Desenvolvimento Industrial-Brasil será realizado no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da TELEBRÁS, Campinas, SP, Brasil. Ele será organizado sob a responsabilidade da SBMO, com o apoio da TELEBRÁS, UNICAMP e outras entidades e com a colaboração da Sociedade de Antenas e Propagação (AP-S), do Instituto de Engenheiros Elétricos e Eletrônicos (IEEE), através do Grupo de Telecomunicações da Seção do IEEE de São Paulo.

Objetivo:- Reunir especialistas em microondas e áreas afins para intercâmbio de experiências sob o tema: "Um novo mundo com microondas".

Prazo Limite:- Todos os trabalhos deverão ser recebidos antes ou até o dia 28 de Fevereiro de 1985. O original e três cópias devem ser encaminhados ao seguinte endereço:

Attilio José Giarola
Comissão do Simpósio da SBMO
UNICAMP - CCPG (Reitoria), CP 1170
13100 Campinas, SP, Brasil

TREINAMENTO DE FÍSICOS EXPERIMENTAIS NO CERN (ORGANIZAÇÃO EUROPÉIA PARA A PESQUISA NUCLEAR)

O CERN franqueou seus laboratórios para os físicos experimentais brasileiros, num total de 1 homem/ano por período. O CNPq pagará a passagem de ida e volta Brasil-Genebra, enquanto o CERN se encarregará do pagamento da bolsa e do seguro saúde.

Os candidatos deverão encaminhar ao CNPq propostas em português e inglês ou francês, nos formulários próprios, acompanhados de: curriculum vitae; lista de publicações; plano de trabalho; carta de referência e outras informações julgadas relevantes.

O CNPq, após uma pré-seleção, encaminhará ao CERN, que por sua vez decidirá sobre o aceite dos candidatos, baseado no mérito científico dos mesmos e na possibilidade de vagas nos laboratórios.

Os candidatos aprovados terão o status de Associados Científicos na Divisão de Física Experimental do CERN e contarão com as instalações normalmente disponíveis para pesquisa.

O presente oferecimento é válido pelo período de 3 (três) anos a contar de 1 de janeiro de 1985.

As propostas deverão ser encaminhadas à Assessoria de Cooperação Internacional do CNPq, em tempo para serem apreciados pelo Comitê Assessor de Física e Astronomia nas suas reuniões regulares.

DOAÇÃO:- IL NUOVO CIMENTO

O Prof. Salmeron (Paris) dispõe de uma coleção de dez anos da revista "Il Nuovo Cimento", que estaria disposto a doar a uma biblioteca. Interessados favor entrar em contato com o Prof. Roberto Lobo, Diretor, CNPq, ou com algum membro do Comitê Assessor de Física e Astronomia.

NOTA DE FALECIMENTO

Faleceu no dia 21 de setembro, aos 49 anos, o Professor Diógenes R. de Oliveira. Nascido em Pinhal, São Paulo, obteve seu bacharelado em Física pela USP em 1957, o mestrado em 1967 pela Universidade de Maryland e o doutorado em 1972 novamente pela USP.

Logo após formado, ingressou como pesquisador no Instituto de Física Teórica, tendo na ocasião oportunidade de colaborar com M. Taketani e Y. Katayama em trabalhos sobre a estrutura eletromagnética dos núcleons. Em 1960, com a vinda ao IFT de T. Miyazima, D. Ito e J. Osada, começou a sua carreira de físico nuclear trabalhando no decaimento alfa dos núcleos. Mais tarde trabalhou na aplicação dos métodos de matéria nuclear para núcleos finitos dentro das pesquisas programadas por L.C. Gomes durante sua permanência no IFT.

Estagiou durante 4 anos na Universidade de Maryland onde colaborou com M.K. Banerjee em problemas sobre a determinação do momento de inércia nuclear, assunto sobre o qual iria versar também a sua dissertação de doutorado.

De volta ao Brasil em 1967, retomou seus trabalhos no IFT, tornando-se especialista na aplicação do método de Hartree-Fock à Espectroscopia Nuclear, assunto no qual publicou diversos trabalhos. Orientou quatro teses de mestrado e a tese de doutoramento de Salomon S. Mizrahi, do qual foi colaborador e amigo.

Ministrou os cursos de Eletromagnetismo e Mecânica Quântica no IFT durante muitos anos. Foi membro da Comissão de Pós-Graduação do IFT de 1971 a 1982 tendo sido ademais Coordenador de Projetos Institucionais a partir de 1982 até a sua morte.

O Professor Diógenes foi excelente colega, amigo de todos no IFT, nunca perdendo o otimismo e bom humor, mesmo após o mal que o acometeu e do qual veio a falecer. Foi pessoa muito ativa e trabalhadora, sendo um dos colaboradores mais apreciados pelos professores que visitaram o IFT, no início de sua carreira.

Foi membro fundador e diretor da ADERE (Associação para o Desenvolvimento, Educação e Recuperação do Excepcional). Deixa esposa, D. Elvira Salveti de Oliveira e dois filhos, Maurício e Márcio.